

RUP TURA

NOVA ÉPOCA



Jornal do Movimento Alternativa Socialista



“NÃO PARAMOS”

SIGAMOS O EXEMPLO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Os profissionais da educação, que levam já mais de meio ano de enfrentamento com o governo, não parecem estar preparados para baixar os braços. A recente greve às provas de aferição e às avaliações finais de todos os anos de escolaridade, anunciada pelo S.T.O.P., veio adicionar um novo capítulo a este processo de luta, demonstrando a determinação em aumentar a pressão sobre o governo e arrancar soluções para os problemas causados pelo desinvestimento crónico na escola pública.

CENTRAIS, 6-7

PRIVATIZAÇÃO DA TAP NÃO É SOLUÇÃO

GOVERNO FAZ DE TUDO PARA ESCONDER GESTÃO RUINOSA DA TAP

NACIONAL 4



FRANÇA ENFRENTA MACRON

Este ano, o primeiro de maio na França foi, mais do que um dia comemorativo, um verdadeiro dia de luta da classe trabalhadora. Com 2 milhões de pessoas nas ruas e mais de 300 manifestações por toda a França, foi a maior mobilização desde 2002.

INTERNACIONAL 12

RESISTÊNCIA QUEER É ANTICAPITALISTA

Lutamos sabendo que, como setor oprimido da sociedade, sofremos mais profundamente com a exploração e precarização crescentes. Por isso, lutamos contra quem nos quer roubar o futuro, opomos-nos frontalmente à comercialização do nosso movimento e somos, também, orgulhosamente anticapitalistas.

OPRESSÕES 9



O PROBLEMA NÃO É A “MAIORIA ABSOLUTA”, É O GOVERNO PS

As recentes eleições no Estado Espanhol representaram um tsunami político, com o PSOE a perder os seus principais municípios, capitais de província e regiões autónomas. Os seus parceiros no governo, Unidas Podemos, que formavam uma espécie de geringonça à espanhola, perderam 64,4% dos votos, enquanto que a direita tradicional se reforçou muito e a extrema-direita duplicou de votação, passando a condicionar a composição de uma alternativa ao governo após as eleições, antecipadas para julho.

António Costa e o PS não ficam certamente indiferentes a este resultado. O seu governo tem sido o principal alvo de grandes manifestações e fortes greves, que se acentuaram neste ano, depois dos grandes protestos protagonizados pelos profissionais da Educação. O aumento do custo de vida, os pacotes com meras migalhas, a contínua destruição dos serviços públicos, tudo isto leva a que o PS esteja em queda livre nas sondagens e, na mais recente, já seja ultrapassado pelo PSD.

O Governo responde com repressão à contestação social. Os pesados serviços mínimos que impuseram aos profissionais da educação e aos trabalhadores judiciais são disso exemplo. Por outro lado, Costa continua a servir os interesses dos grandes grupos económicos. A recente alteração aos certificados de aforro é apenas um exemplo.

Por isso o seu Governo não tenta realmente controlar a inflação, visto que o controlo dos preços iria afetar negativamente os lucros das grandes superfícies. Assim chegamos à situação atual, com a destruição do poder de compra dos trabalhadores, através do aumento dos preços e da inflação, enquanto

os bancos e principais grupos económicos acumulam lucros extraordinários.

O fracasso da esquerda espanhola não deve ter sido recebido com surpresa pela esquerda portuguesa, que já viveu o mesmo descalabro há um ano e meio, refletindo-se não só no seu desgaste eleitoral, como na própria capacidade de mobilização. Um dos exemplos mais notórios é a angariação de fundos do Bloco, que consegue pouco mais de 8 mil euros, 10% do objetivo. Tal como o MAS tem afirmado, participar num Governo que defende os grandes interesses, ou apoiá-lo a uma “distância de segurança”, prejudicará sempre a esquerda.

Apesar dessa lição, a esquerda parlamentar continua a insistir na experiência fracassada da geringonça. Ainda no início do ano, Paulo Raimundo dizia que o PCP estava disponível para formar Governo com o PS. Paulo Raimundo continua a dar “raspanetes” ao governo, mas limita-se a isso, enquanto a CGTP mantém as lutas dos trabalhadores divididas, garantindo a proteção do Governo. Por outro lado, Mariana Mortágua e outras figuras do Bloco têm criticado a maioria absoluta, mas não o PS.

Para BE e PCP a fórmula é simples: o problema do atual governo é não fazerem parte dele. Mas muitas das políticas que o PS aplica hoje são as políticas que o PS aplicava no tempo da Geringonça, em que não vimos a recuperação dos serviços públicos, a retirada das leis laborais da troika, a revogação dos vistos gold, a valorização dos salários, etc.

Voltar a insistir no papel de “boa” conselheira do PS ou, imitando os espanhóis, integrar o Governo, não só não leva à resolução dos problemas da classe

trabalhadora, como provoca a destruição da esquerda.

Entre as políticas que apenas servem os interesses dos senhores do dinheiro e a súplica permanente do BE e do PCP para voltarem a trabalhar com o PS, a extrema-direita aparece como a oposição pública ao governo e, por isso, não para de crescer. Ventura percebe o vazio deixado pela esquerda e, por isso, começa a tentar ocupar o seu lugar, colocando-se como o porta-voz do descontentamento contra as políticas de António Costa.

Infelizmente, foi o Chega que mais atacou os lucros excessivos da banca – posição hipócrita de um partido financiado por vários capitalistas com ligações ao falido BES. Agora, vai aproveitando a falta de mobilização da CGTP para construir um sindicato de extrema-direita, à semelhança do que fez o Vox no estado espanhol. Não é com o apoio a governos dos patrões e dos multimilionários, sejam eles mais ou menos progressistas, que se consegue governar para os trabalhadores e combater a extrema-direita.

Os exemplos ibéricos mostram que essa unidade só enfraquece a esquerda e alimenta a extrema-direita, enquanto a vida dos trabalhadores se degrada. Perante uma esquerda parlamentar cada vez mais ao centro, é preciso construir uma alternativa assente na mobilização por melhores condições de vida e de trabalho, contra as injustiças e a corrupção.

O MAS coloca-se ao serviço das classes trabalhadoras, dos jovens e dos oprimidos para fazer parte da construção dessa esquerda de combate, independente, anticapitalista e audaz, que não se verga nem aos interesses dos grandes grupos económicos, nem à chantagem do PS.

O QUE NOS MOVE?

Afirmamo-nos como uma esquerda combativa, independente dos interesses das classes dominantes e partidos que os representam, onde se inclui o PS e toda a direita e extrema-direita. Lutamos para que os interesses do conjunto da juventude, dos trabalhadores e trabalhadoras e de todos os sectores explorados e oprimidos sejam os nossos próprios interesses.

SAÚDE

- Investimento público efetivo no nosso SNS
- Contratação, plano de carreira e aumento salarial para os profissionais de saúde;
- Mais vagas para os médicos que fazem a prova de especialidade;

AMBIENTE

- Investimento e investigação no combate às alterações climáticas
- Transição energética para empregar, não para despedir;
- Fim das falsas soluções verdes, como a exploração de lítio;
- Fim das culturas agrícolas intensivas e da monocultura, como a do eucalipto;
- Nacionalização da indústria energética (EDP, REN, Galp)

INTERNACIONALISMO

- Não à guerra e fim das ocupações por parte das potências mundiais;
- Fim das armas nucleares;
- Em oposição à UE dos senhores dos mercados, propomos uma Europa solidária entre os povos, sem muros nem austeridade;

JUVENTUDE E TRABALHADORES

- Aumento imediato do salário mínimo nacional para os €1000;
- Aumento geral dos salários e pensões;
- Tabelamento dos preços dos combustíveis e bens essenciais;
- Semana de trabalho de 4 dias;
- Combate à precariedade: Fim das Empresas de Trabalho Temporário;

HABITAÇÃO

- Fim da especulação imobiliária;
- Investimento público num plano nacional de habitação social de qualidade e a preços acessíveis;
- Arrendamento público acessível para estudantes e jovens;
- Tabelamento das rendas.

JUNTA-TE AO MAS

SABE MAIS EM MAS.ORG.PT

ORGÃO OFICIAL DO

MAS

Movimento Alternativa Socialista

CONTACTOS

Webiste
mas.org.pt

Facebook e Instagram
@movimentoAlternativaSocialista

E-mail
mas@mas.org.pt

ONDE ESTAMOS?

Lisboa

Rua de Arroios, nº165

Coimbra

Rua Fernandes Tomaz, nº69

Braga

Alameda do Fujacal, lj. 39

Barcelos

Rua Silva Vieira, nº33

JORNAL RUPTURA

Proprietário: Gil Garcia

Diretor: João Pascoal

Editor Gráfico: Bruno Cancelinha

Contacto: jornal@mas.org.pt

ICS: 124814

Tiragem: 250

Impressão: Tipografia Lobão,
Rua Quinta do Gato Bravo, 5, Feijó
2810-069 ALMADA



RENATA CAMBRA

Professora e ativista sindical
Porta-voz do MAS

A histórica luta começada pelo STOP a 9 de dezembro veio abalar por completo o já habitual jogo de faz de conta entre o governo e a burocracia sindical, que permitiu a Mário Nogueira e à FENPROF, pelo menos nos últimos 7 anos, serem completamente subservientes à vontade do governo PS, particularmente durante a geringonça, travando o descontentamento dos professores com lutas rituais e inócuas e garantindo que, fora da mesa de negociações, ficavam as questões que tantos reclamam como essenciais, como é o caso da recuperação integral do tempo de serviço e o fim da avaliação injusta por quotas.

É por isso que, desde o início, Mário Nogueira e João Costa têm feito coro nos ataques ao STOP, procurando destruir a luta liderada pelo novo sindicalismo, democrático e combativo, que, livre de quaisquer amarras aos poderes instituídos, veio colocar em cheque o acordo de cúpulas entre o governo e os sindicatos tradicionais, lutando para arrancar vitórias, rompendo com anos de divisão nas escolas, mobilizando os profissionais da educação como nunca se tinha visto e exigindo verdadeiras respostas aos principais problemas causados pelas políticas conscientes de subfinanciamento dos serviços públicos, aplicadas pelos sucessivos governos, tanto do PS, como do PSD/CDS.

Acontece que o STOP, ao não estar preso aos condicionais e cálculos político-partidários que subjugam os sindicatos do regime, não só se colocou à disposição dos docentes para dar à início à greve por tempo indeterminado, como assumiu

corretamente que, para resolver a falta de professores, esta luta teria, além de travar as intenções do ministro rumo à municipalização dos docentes, forçar também o governo a colocar em cima da mesa negocial propostas de fundo para dignificar as carreiras, recusando a tentativa de João Costa e de Mário Nogueira de, mais uma vez, discutir apenas o que interessa ao governo e chutar sempre mais para a frente a discussão sobre as verdadeiras reivindicações dos professores.

É por isso que todos, do governo aos sindicatos tradicionais, passando pelos meios de comunicação, têm investido o possível e o impossível para pintar o STOP como um sindicato radical que, fazendo a luta pela luta, não tem qualquer vontade em negociar. Foi Mário Nogueira o primeiro, a 5 de dezembro, a tentar evitar que se pressionasse o ministro durante as negociações, procurando, antes do início da greve por tempo indeterminado, convencer os professores a esperarem pelo fim do período negocial para começarem a lutar a sério, condenando a luta do STOP pelo seu suposto “radicalismo” e plantando a ideia de que “não tem sentido, neste momento, entrarmos em determinado tipo de ações absolutamente radicalizadas num momento em que está suspensa a negociação”.

Não por acaso, Mário Nogueira voltou à carga a 10 de dezembro, procurando, mais uma vez, descredibilizar o STOP e dar um balão de oxigénio ao governo, ao afirmar que “foi anunciada uma greve que os professores não conseguem fazer”, criticando os seus moldes e reforçando que “é pouco razoável que os professores sejam convocados para a mais elevada das formas quando a negociação foi adiada para mais tarde, as intenções da tutela foram, para já, travadas e

o que temos pela frente é a interrupção da atividade letiva”. Governo e sindicatos subestimaram o STOP e os professores. Mário Nogueira, investido em que o arranque das aulas após a interrupção do Natal denotasse, pelo menos, alguma desmobilização, resolveu apelar a que “os professores se unam e façam



Acontece que o STOP não só se colocou à disposição dos docentes para dar início à greve por tempo indeterminado, como assumiu corretamente que esta luta teria, além de travar as intenções do ministério, forçar também o governo a colocar em cima da mesa negocial propostas de fundo para dignificar as carreiras.

greve quando chegar a vez do seu distrito”, procurando ajudar domesticar a “imprevisibilidade” de que João Costa se queixou.

Note-se que, desde 4 de janeiro, a greve por tempo indeterminado do STOP passou a abranger também o pessoal não docente, fazendo com que a luta por melhores condições de trabalho na escola pública, ao invés de esmorecer, como o governo ansiava, ganhasse uma nova dinâmica e profundidade. Esta evolução para uma greve do conjunto de todos os profissionais da educação potenciou e conferiu um caráter não meramente sindical, mas também político, de defesa da Escola Pública, enquanto elemento direito democrático, em oposição à divisão corporativa que o sindicalismo tradicional faz questão de manter e que apenas serve para retirar força às mobilizações.

Sabemos que, para cumprir as exigências da luta dos profissionais da educação, o governo terá de recuar no atual projeto de desinvestimento e destruição dos serviços públicos, em marcha há já vários anos. Sabemos também, como sabe o governo, que, se tal acontecer, a pressão para que o investimento não seja apenas para a Educação, mas também

para a Saúde, os Transportes, as Limpezas, a Justiça, entre tantos outros setores da função pública estrangulados por salários baixos, carreiras indignas e falta de condições de trabalho, será enorme. Perante o significado e a importância desta luta, é natural que o governo e os seus pilares de apoio procurem, de todas as formas, isolar, enfraquecer e desgastar as greves, seja com calúnias sobre a sua legalidade e moralidade, com a aplicação de serviços mínimos abusivos e ilegais ou outros.

Assim, é de extrema importância que, por seu lado, os trabalhadores procurem fazer exatamente o contrário, aproveitando a solidariedade dos outros setores que corretamente compreendem esta dinâmica e estão dispostos a não permitir que o governo isole e derrote a luta pela escola pública, que a todos beneficia. É preciso, em todos os setores, ajudar a fazer nascer um novo sindicalismo, combativo e democrático, seguindo o exemplo da luta unitária e democrática de todos os profissionais da educação, que não desiste de exigir respostas ao governo, apesar de toda a sua intransigência e arrogância. Por mais STOPS!



TAP

GOVERNO FAZ DE TUDO PARA ESCONDER GESTÃO RUINOSA DA TAP

BRUNO CANCELINHA
Militante do MAS

O atual processo de escrutínio à gestão ruínosa da TAP, apesar de ainda estar no início, tem sido um verdadeiro pesadelo para o governo. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada em fevereiro por causa da indignação em torno da indemnização milionária a Alexandra Reis, decidiu alargar a investigação ao pagamento de salários e à atribuição de prémios feitos a toda a administração da empresa, recuando até 2015, data da sua primeira privatização, para apurar responsabilidades das tutelas políticas e da gestão da empresa, que se encontra intervencionada pelo Estado e sob um plano draconiano sobre os seus trabalhadores.

O alvoroço começou quando, em dezembro de 2022, foi noti-

ciado que Alexandra Reis, Secretária de Estado do Tesouro desde o início do mês, tinha recebido uma indemnização de €500 mil da TAP. O ano acabou com a demissão de Alexandra Reis, de Pedro Nuno Santos, e de mais dois secretários de Estado do seu ministério. Alexandra Reis saiu da administração da TAP por “incompatibilidades” com a CEO Christine Ourmières-Widener e, por isso, obteve uma indemnização de meio milhão de euros, isto com o OK do Governo PS pela mão de Pedro Nuno Santos, que, inicialmente, tinha negado qualquer conhecimento sobre o valor da indemnização. Numa tentativa de limpar a cara, o Governo pediu a devolução da indemnização de Alexandra Reis e afastou, de forma legalmente dúbia, a CEO da TAP, mas não deixa de ser evidente a forma como o Estado tem desperdiçado dinheiros públicos.

Mais recentemente, em finais

de abril, foi o novo Ministro das Infraestruturas, João Galamba, a protagonizar nova polémica, ao descobrir-se que este convidou a CEO da TAP para uma reunião secreta entre o Governo, o PS e a TAP, onde foram previamente combinadas as perguntas do representante do PS na CPI, Carlos Daniel, e as respostas da CEO, Christine Ourmières-Widener. As mentiras, omissões e contradições multiplicam-se à medida que o PS vai fazendo de tudo um pouco para esconder as suas responsabilidades na gestão ruínosa da TAP, mas a sucessão de escândalos e polémicas envolvendo a interferência de figuras importantes do governo continua a não dar tréguas à estabilidade de António Costa. O inquérito decorre ao mesmo tempo que a Assembleia da República discute o dossier da privatização da empresa, com o PS empenhado em acelerar a sua reprivatização.



PRIVATIZAÇÃO NÃO É SOLUÇÃO

A este ponto, já muitos perceberam que a indemnização a Alexandra Reis é apenas a ponta do iceberg. O descalabro na TAP é uma ilustração perfeita sobre como funciona o nosso modelo económico e quais os interesses a que o Estado serve. Começando mesmo na privatização, quando o Governo PSD/CDS permitiu a David Neeleman comprar a TAP com dinheiros da própria TAP.

Quatro dias depois de ter ganho a privatização da TAP, Neeleman conseguiu um acordo com a Airbus, garantindo que a TAP iria comprar 52 aviões – e não os 12 previamente contra-

tualizados – à Airbus a preços superiores aos do mercado. Neeleman conseguiu assim um adiantamento de mais de 200 milhões de euros, para canalizar para a TAP. É estimado que este negócio tenha prejudicado a TAP em 400 milhões de euros. Segundo Neeleman, o Governo de PSD/CDS sabia deste esquema. Este acordo prejudicou a TAP ao fixar um preço para compra dos aviões superior aos valores do mercado.

Já em 2016, com o Governo PS – na altura com apoio parlamentar de BE e PCP – o Estado passa a principal acionista da TAP. O Governo manteve a ges-

tão privada e estabelecia que, na hora da distribuição dos lucros, o Estado não podia ficar com mais de 18,75% do total dos dividendos. Ou seja, mesmo sendo o principal acionista, o Estado mantinha-se sem controlo sobre o rumo estratégico da TAP e com direito a apenas uma pequena fatia dos lucros. Este acordo ruinoso – que muito bem serviu os privados que continuavam a mandar nos destinos da TAP – custou ao Estado €31,9 milhões.

Em 2020, à gestão ruínosa dos privados juntou-se a crise da pandemia e o Governo não teve outra opção senão ligar a TAP às

máquinas, ou seja, a compra do capital total da TAP, que custou ao Estado mais €55 milhões. Na altura, PSD e IL opuseram-se a esta compra; o seu projeto era a falência total da TAP e a entrega de mais um setor estratégico do país às multinacionais que contavam com o apoio do Estado e da União Europeia.

Essa proposta de deixar a TAP asfixiar só iria fragilizar o nosso tecido produtivo, destruir repentinamente milhares de postos de trabalho e minar ainda mais a nossa soberania económica. O plano do Governo PS também não era propriamente recuperar o controlo público

desta empresa estratégica, tratava-se sim, tal como referimos na altura, de uma operação de urgência de recapitalização da TAP para mais tarde privatizar, assim que fosse novamente lucrativa, precisamente como foi exigido pela UE em defesa dos interesses das grandes companhias aéreas europeias.

PS deu continuidade ao desastre na TAP

A verdade é que, aquando da compra total do capital da TAP, o Governo considerou que Neeleman, antigo dono da TAP, descapitalizou a empresa em benefício da sua outra compa-

GREVE GERAL PARA SALVAR O SNS TRABALHADORES DA SAÚDE, UNI-VOS!

A crise que assola o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem atingido proporções alarmantes nos últimos meses. Profundamente descontentes com o efeito nefasto das políticas de desinvestimento do governo e alentados pelo impacto da luta nas escolas, também na saúde vários setores de trabalhadores dão sinais de estarem disponíveis para lutar por melhores condições tanto para si, como para os seus utentes.

A 9 de Março, deu-se a primeira paralisação de

médicos, para exigir a valorização das carreiras e das tabelas salariais. Já no dia 17 de abril, os técnicos de emergência pré-hospitalar entraram em greve, neste caso ao trabalho extraordinário, pelo cumprimento dos direitos laborais e a revisão da carreira. Entre os dias 27 e 28 de Abril, foi a vez dos enfermeiros que reivindicam valorização profissional, contratação urgente e retenção de profissionais, o fim das macas nos corredores dos serviços e o pagamento de horas extras em dívida desde 2018. A paralisação dos enfermeiros repetiu-se no dia 12 de Maio. A 19 de Maio, auxiliares de ação médica e os assistentes técnicos exigindo a criação da carreira de Técnico

Auxiliar de Saúde, a contagem integral do tempo de serviço e a valorização profissional e salarial dos trabalhadores da saúde.

Os trabalhadores da saúde, tal como os da educação, enfrentam rupturas estruturais causadas pelo prolongado desinvestimento nos serviços públicos e pelas promessas vazias do governo, que adia constantemente o investimento necessário para recuperar e melhorar o SNS, tanto para os profissionais que lá trabalham, como para os utentes. Dignificar o trabalho na área da saúde significa dignificar a saúde de todos, que está gradualmente a ser entregue aos interesses privados, tornando o acesso a ela um luxo.

Infelizmente, os sindicatos tradicionais continuam a organizar lutas separadas sem uma perspectiva de continuidade. Mas, perante este cenário, é absolutamente crucial unir as lutas dos profissionais de saúde numa causa comum, construída e organizada de forma democrática, à semelhança do exemplo de sindicalismo trazido pelo S.TO.P na Educação.

O MAS - Movimento Alternativa Socialista - está solidário com as greves destes trabalhadores e apela à união de todas as lutas em prol da saúde como um direito fundamental de todos os cidadãos, rumo à construção de uma greve geral da saúde em defesa do SNS.



nhia aérea, a Azul. Ainda assim, não impôs nenhuma litigância pela gestão danosa e garantiu que a dívida da TAP à Azul seria paga. Foi mais um bom negócio para Neeleman que assim se livrou de todos os problemas que só agora iam começar.

O Plano de Reestruturação da TAP, que consistiu na injeção de €3,2 mil milhões de dinheiros públicos, foi aprovado pela União Europeia em finais de 2021. Claro que este aval não foi gratuito, e impôs a redução da frota da TAP, a cedência de 18 slots (faixas horárias de aterragem e descolagem) no Aeroporto de Lisboa e a venda

das participações da TAP na Groundforce e na empresa de catering. Para os trabalhadores, este novo plano representou cortes salariais – que chegaram aos 50% – e a destruição de milhares de postos de trabalho.

Mesmo com as polémicas acesas em torno da gestão da TAP, o Governo avança já para o próximo passo: “o Governo pretende iniciar imediatamente o processo de abertura do capital da TAP”, como explicou o Ministro das Infraestruturas, João Galamba. O próprio Ministro das Finanças, Fernando Medina, não escondeu o entusiasmo com a venda da TAP

que garantiu estar “para breve”. Mesmo depois de despedir a CEO, Galamba continuou a defender o bônus de desempenho de Ourmières-Widener, pela aplicação do Plano de Reestruturação que prepara a empresa para a privatização.

A TAP ao serviço do interesse público

A TAP fica assim como mais um exemplo na história em que empresas estratégicas para o país acabaram quase destruídas pela gestão privada danosa e que, depois de salvas pelo Estado com transferências brutais de dinheiros públicos, são ime-

diatamente entregues aos privados. De acordo com Costa, a mando da UE, o Estado serviu a sua função: socializou os prejuízos para agora os privados açambarcarem os lucros.

É preciso apurar responsabilidades pela gestão danosa, seja privada, seja pública, e imputar-lhes os custos devidos. Basta de continuarmos a pagar os buracos económicos e financeiros de todos os privados falidos e dos sucessivos Governos PS, PSD/CDS-PP. Só na TAP, desde 2016, foram enterrados perto de €3,3 mil milhões públicos. Vamos agora vendê-la por menos de mil milhões de euros? A

TAP precisa de ser efetivamente nacionalizada, mas não deve ser controlada pelo partido do Governo, deve sim haver mecanismos de controlo dos trabalhadores da própria TAP.

É incomportável que os milhares de trabalhadores da TAP se dediquem a construir a empresa e os seus sucessivos administradores e gestores se dediquem a satisfazer os seus interesses pessoais, favorecendo negociatas que prejudicam o interesse público. Não aceitamos a ingerência draconiana de Bruxelas! Não aceitamos a destruição da TAP.



“NÃO PARAMOS”

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NÃO DÃO TRÉGUAS AO GOVERNO PS

RENATA CAMBRA

Professora e militante do MAS

Os profissionais da educação, que levam já mais de meio ano de enfrentamento com o governo, não parecem estar preparados para baixar os braços. A recente greve às provas de aferição e às avaliações finais de todos os anos de escolaridade, anunciada pelo Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (S.TO.P.), veio adicionar um novo capítulo a este processo de luta, ainda antes do final do ano letivo, demonstrando a determinação dos profissionais da educação em aumentar a pressão sobre o governo e arrancar soluções para os problemas causados pelo desinvestimento crónico na escola pública.

No pré-aviso, pode ler-se que a greve se dá contra o diploma dos concursos para contratação de docentes e técnicos especializados, aprovado pelo governo em março de 2023, sem o acordo de nenhum dos sindicatos docentes, após meses de “negociações” em que o ministro João Costa,

sistematicamente, nada quis negociar. Investido em colocar o episódio Galamba para trás das costas, Marcelo Rebelo de Sousa voltou a dar a mão a António Costa e promulgou, no dia 8 de maio, com a desculpa de que a opção pelo veto, a que recentemente recorreu para travar a legalização da eutanásia, levaria a “adiar as expectativas de cerca de 8 mil professores” que esperam entrar para o quadro.

Terá sido difícil a Marcelo fazer esta afirmação com uma cara séria, sobretudo depois de a Presidência da República ter sido assolada, durante todo o mês de abril e início de maio, por centenas, se não milhares, de apelos e exigências de professores, tanto em forma de mensagens como de protestos, para que vetasse este projeto, já que as novas regras de gestão e recrutamento, ao imporem um modelo de vinculação praticamente coercivo, que deixará muitos professores afastados ainda mais tempo das suas casas e em situações ainda mais precárias, têm o potencial de levar muitos a abandonarem a profissão, agravando ainda

mais a falta de pessoal nas escolas, problema que o diploma pretendia, supostamente, ajudar a combater.

Mas a hipocrisia de Marcelo não ficou por aqui, ao dizer que espera que o ministro negocie a recuperação do tempo de serviço congelado. A esta altura, é evidente que o ministro está pouco ou nada disposto a responder às exigências dos profissionais da educação que, além de não desistirem de enfrentar este diploma e de reivindicar a contagem integral do tempo que trabalharam, continuam, com esta luta, a exigir medidas reais que permitam superar “a desvalorização, desmotivação e exaustão” dos profissionais da educação, nomeadamente através de “uma avaliação sem quotas”, o “direito à CGA para todos os profissionais da educação”, o “direito a uma pré-reforma digna”, o “fim das ultrapassagens na progressão da carreira” e uma “gestão escolar democrática”.

Marcelo não é ingénuo e reconhece que a pressão para a recuperação do tempo de serviço é enorme, que o descontentamen-

to com o diploma dos concursos é ainda maior, que a luta dos profissionais da educação pode até por momentos dar sinais de abrandar, mas não de parar, como se vê na greve às provas de aferição e às avaliações de fim de ano, começando-se já a adivinhar resistência no início do próximo ano letivo, sobretudo se o ministro insistir em apresentar maus acordos. Precisamente por isso, o presidente terminou a sua nota com um apelo a que o próximo ano letivo não seja “mais um ano acidentado”.

Acima de tudo, os nossos governantes sabem que, em dezembro de 2022, arrancou uma mobilização qualitativamente diferente das protagonizadas pelo sindicalismo tradicional nas últimas décadas, com novos métodos e através de um novo sujeito sindical, o S.TO.P., cujo surgimento coloca ao serviço dos profissionais da educação uma ferramenta de luta mais aguerrida, em que a forma e os instrumentos de luta são discutidos e sufragados pela base e os trabalhadores se organizam em comissões sindicais e comissões

de greve que se coordenam a nível nacional, permitindo que em cada local decidam como adaptar a greve e outras ações de protesto à realidade e forças disponíveis nas suas escolas, segundo a orientação geral acordada.

Com esta luta, os profissionais da educação começaram a quebrar as barreiras do corporativismo para construir a verdadeira unidade nas escolas, colocaram a necessidade de defender a escola pública enquanto direito democrático na ordem do dia, conquistaram a solidariedade da nossa sociedade e enfrentaram os serviços mínimos ilegais impostos pelo governo. A recusa de unificação e mobilização do sindicalismo tradicional, em particular na função pública, e a existência de uma maioria absoluta sem alternativa política real dificultam a defesa dos serviços públicos, mas não a tornam impossível. Perante a inflexibilidade do governo, é crucial fortalecer e multiplicar o sindicalismo alternativo e combativo, pois só este permitirá aos trabalhadores livrarem-se das amarras impostas pelas velhas centrais sindicais.

SIGAMOS O EXEMPLO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Se, por um lado, a atual crise do custo de vida trouxe problemas à estabilidade do Governo, também foi o principal motor que impulsionou milhares de trabalhadores para as ruas e para as greves. A política de mobilização e de democracia trazida pelo S.T.O.P. – num período em que as condições económicas dos trabalhadores se agravam –, foi o catalisador de uma onda de contestação que foi bem para lá da Escola Pública. Aos profissionais da educação juntaram-se os funcionários judiciais, maquinistas e revisores da CP, profissionais da saúde e uma série de muitas outras greves em setores menos numerosos.

A atual situação nacional continua a estar pautada pelo aumento do custo de vida. Entre janeiro do ano passado e maio deste ano, o cabaz alimentar, acompanhado pela DECO, já aumentou 35€. Apesar do abrandamento da inflação em Portugal, o Banco Central Europeu anunciou um novo aumento das taxas de juro. A par da especulação imobiliária, que tem explodido os preços das casas e os valores das rendas, e que gerou uma autêntica crise na habitação, as taxas de juro do crédito para a habitação estão no valor mais alto desde junho de 2012, a atingir 3,86%.

A par do esmagamento da classe trabalhadora portuguesa – através de aumentos dos preços e dos juros – e de serviços públicos cada vez mais desfalcados, crescem os lucros das grandes empresas. O aumento das taxas de juro, por exemplo, está a beneficiar os bancos que já não ganhavam tanto há 10 anos. Seguem-se os lucros ex-



traordinários de empresas como a SONAE (dona do Continente), Jerónimo Martins (dona do Pingo Doce), das empresas de telecomunicações e dos bancos.

Para agravar a situação, a contínua guerra na Ucrânia não só tem servido como desculpa para uma especulação histórica na energia e na alimentação, como tem também contribuído para colocar na mesa, ainda que de forma disfarçada, medidas de austeridade. A NATO – como reflexo da vontade dos Estados Unidos e da União Europeia –, tem imposto o aumen-



A par do esmagamento da classe trabalhadora portuguesa – através de aumentos dos preços e dos juros – e de serviços públicos cada vez mais desfalcados, crescem os lucros das grandes empresas.

to generalizado dos orçamentos militares. No caso português, a despesa militar aumentou 8,3% no Orçamento do Estado para 2023.

É claro que, no espírito das “contas certas” ao estilo da União Europeia, o aumento do orçamento militar implica uma redução noutros setores. Como se tem verificado, a Saúde, a Educação e a Cultura continuam severamente sub-financiadas e os problemas nos nossos serviços públicos vão-se multiplicando. A falta de condições em muitas escolas e as múltiplas urgências fechadas são disto exemplo.

É impossível não fazer também a comparação com outros países da Europa, que têm visto fortes greves e muitos trabalhadores virem às ruas. Na Inglaterra, por exemplo, as greves continuadas dos enfermeiros, professores e maquinistas marcaram o início de 2023. O caso mais mediático é mesmo a França onde, em resposta ao aumento da idade de reforma para 64 anos – mas também contra o aumento do custo de vida –, milhões de trabalhadores têm saído às ruas e já avançaram com várias greves gerais (ver contracapa).

É preciso construir uma greve geral

Por cá, face ao aprofundar da contestação ao governo e da crise económica a que os trabalhadores estão submetidos –, num período em que, ao mesmo tempo, grandes bancos e empresas batem lucros recorde –, a CGTP e UGT assobiam para o lado e não organizam a luta numa greve geral, que permita aos trabalhadores demonstrarem a sua força e vontade, exigindo ao governo do PS uma verdadeira mudança política, que traga benefícios reais para a população, em vez de sucessivos pacotes e medidas que apenas distribuem migalhas, sem resolver os principais problemas que sufocam milhares de jovens e trabalhadores por todo o país. Para enfrentar a inflexibilidade do governo PS e os seus ataques, é urgente ir mais além do programa mínimo de lutas do sindicalismo tradicional. O MAS defende a construção de uma greve geral forte, com uma perspetiva de continuidade e alargamento da luta, a partir da organização de base nos locais de trabalho, para exigir:

SALÁRIOS E PENSÕES DIGNOS

- Aumento dos salários e das pensões de acordo com a inflação real
- Salário mínimo nacional de 1.000€

FIM À ESPECULAÇÃO

- Redução dos preços dos bens essenciais e da energia aos valores pré-guerra
- Tabelação das rendas e limitação das taxas de juro nos créditos à habitação

SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

- Verdadeiro investimento na Saúde, na Educação e na Cultura
- Requisição dos lucros extraordinários das grandes empresas

FIM DOS PRIVILÉGIOS DAS ELITES

- Extinção das reformas vitalícias e indemnizações milionárias
- Redução drástica dos salários milionários de CEO, administradores e governantes



ELEIÇÕES NOS BANCÁRIOS

ALTERNATIVA SINDICAL SAI REFORÇADA

JOÃO PASCOAL

Sindicalista bancário e militante do MAS

Em 28 e 29 de Março, realizaram-se eleições no SBSI/Mais Sindicalto. Disputando a direção e demais órgãos do sindicato, a oposição sindical democrática e combativa apresentou-se sob a sigla Novo Rumo, tendo obtido 40% dos votos, o que significa 3682 votos (mais 900 votos em relação à eleição de 2019). Quanto à lista dos TSS/TSD, a ‘coligação do centrão’, obteve o escrutínio de 5687 votos (menos 400 do que em 2019).

Apesar de diversos constrangimentos, as listas Novo Rumo / Mudar de Rumo apresentaram-se nas secções sindicais das principais regiões e bancos. No BCP, no BST, na Interempresas (agrupa vários bancos), na secção dos Reformados, na região de Setúbal, Torres Vedras, Santarém, Tomar, Évora e Beja.

Nas maiores secções, Reformados (12685 sócios) e Setúbal (4307 sócios) a lista Novo Rumo venceu com maioria absoluta, o que se repetiu também noutras secções como Tomar, Ponta Delgada e Horta (Açores), e na Secção Interempresas.

O crescimento eleitoral da lista alternativa e a expressiva vitória nas maiores secções do sindicato, são um bom indicador das

possibilidades futuras para melhorar a organização dos activistas para as novas lutas.

Os trabalhadores bancários perderam 22,7% do seu poder de compra só nos últimos sete anos. Em 2016, os bancários perderam as grandes conquistas ainda anteriores a 1974, conquistas conseguidas nas grandes lutas de 1970 a 1973. Conquistas como a carreira profissional, a estabilidade dos postos de trabalho e a defesa do emprego foram perdidos em 2016 e, com as ‘mãos livres’, os banqueiros despediram milhares de bancários nestes últimos anos.

Os sindicatos não só nada fizeram para mobilizar os bancários como até se opuseram ativamente



O crescimento eleitoral da lista alternativa e a expressiva vitória nas maiores secções do sindicato são um bom indicador das possibilidades futuras para melhorar a organização dos activistas para as novas lutas.

te às mobilizações que alguns activistas sindicais e a Comissão de Trabalhadores do Santander Totta organizaram contra os despedimentos.

Neste momento verificamos uma grave situação na classe bancária, sem organizações sindicais capazes de ação reivindicativa, com os trabalhadores entregues a si próprios, sem confiança na luta sindical, mantendo-se filiados nos sindicatos pelos serviços de saúde (o SAMS) e sujeitos a uma vida laboral infernal pelos ritmos de trabalho alucinantes, sujeitos a enorme assédio laboral e a permanentes ameaças de despedimentos.

Há alternativa para a luta dos bancários

É preciso mudar o movimento sindical bancário. Mudar para mobilizar os trabalhadores e repor uma contratação coletiva com direitos para todos os que trabalham na banca. Mudar para defender a continuidade do SAMS ao serviço dos trabalhadores bancários. Mudar para defender que a banca tem de estar ao serviço do público (e dos trabalhadores que são a imensa maioria) e não dos interesses dos ‘accionistas’, muito deles de grupos capitalistas estrangeiros.

É nesta luta que os bancários do MAS e o movimento MUDAR estão empenhados.

FIM AO ASSÉDIO E AOS ABUSOS NAS UNIVERSIDADES

JOANA SILVA E SOFIA NARCISO

Activistas e militantes do MAS

Em março, fez um ano desde a abertura do sistema de denúncia de assédio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, iniciando o Movimento contra o Assédio pelo país. Mas, a recente situação no CES de Coimbra demonstra que o assédio não tem fim à vista: após a denúncia de dois membros, iniciou-se um processo de investigação ao Professor Catedrático e Diretor da Instituição, Boaventura de Sousa Santos; múltiplas ex-alunas partilharam episódios sob um ambiente de ocultação generalizado no corpo docente.

Ao longo do último ano, em 19 das múltiplas instituições que abriram canais de denúncia, foram recebidas 154 queixas de assédio sexual e moral. Destas, apenas 4 agressores foram penalizados. A maioria das respostas oferecidas pelas instituições são o arquivamento por prescrição ou por falta de fundamento. Além disso, salienta-se a possibilidade das vítimas desistirem por medo de serem identificadas, perseguidas ou sujeitas a intimação para desistir.

A 27 de abril, a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmou que, nos últimos 5 anos, houve 116 denúncias de assédio sexual e/ou moral, apesar de no último ano as instituições terem recebido 154. Quanto às sanções aplicadas, a Ministra não soube precisar, efetuando um balanço positivo do funcionamento do sistema de denúncia, apenas porque estão instaurados em 70% das universidades públicas, 68% dos politécnicos e 95% das instituições privadas.

Ao contrário do Governo, não fazemos um balanço positivo. É alarmante que, ape-

sar de se mencionar “muito preocupado”, o Governo não é preciso nos dados referentes às denúncias e às sanções. É mais alarmante ainda que a leitura do governo seja tão superficial, não reconhecendo as barreiras às denúncias, a cultura de ocultação dentro das universidades e a falta de apoios à denúncia e ao posterior acompanhamento. A leviandade da fiscalização expõe os estudantes a estas situações, fragilizando-os e fazendo-os temer ser alvos de perseguição ao denunciarem tais práticas. Estas dinâmicas intensificam-se com o progresso na carreira académica, uma vez que os alunos sentem-se pressionados a “aceitar” estas condições, com receio de perderem os seus meios de subsistência, uma vez que a atribuição de bolsas está, também, dependente dos docentes.

É essencial criar mecanismos de apoio às denúncias, independentes das instituições. É essencial formar os profissionais de educação superior nas temáticas do assédio. Não podemos ficar pelas “recomendações”, é essencial criar canais de denúncia que abranjam todas as instituições. É essencial travar continuamente esta luta: no ano passado, o movimento empoderou as vítimas a realizarem as denúncias; o momento atual deverá ser capaz de obrigar o Governo e as instituições a ouvirem e a - efetivamente - agirem. O MAS está solidário com esta luta; é preciso unir o movimento feminista, o retorno do movimento contra o assédio, confluindo numa manifestação contra esta forma de opressão.

Caladas nos querem, rebeldes nos terão!



RESISTÊNCIA QUEER É ANTICAPITALISTA

RODRIGO NOGUEIRA

Ativista e militante do MAS

Continuamos a ver retrocessos em vários sectores, quanto às liberdades sociais e económicas, e são os grupos rotulados de desviantes que sentem estas movimentações de forma mais antecipada. No discreto ceifar das liberdades, há uma tendência para a desindividuação, na qual sentimos a perda da liberdade de autodeterminação de género e da liberdade sexual. A comunidade LGBTQ+, em Portugal, é das primeiras a ser empurrada, também fruto de discriminação, para uma vida parte precária, parte marginalizada.

Este é o resultado da falta de investimento público onde ele deveria estar. Podíamos ter edifícios devolutos reabilitados para mais habitação social, e não estarmos à mercê da espe-

culação da bolha imobiliária; uma Escola Pública com qualidade, que inclui educação sexual séria e inclusiva; um SNS com capacidade de resposta e acesso a saúde de qualidade, incluindo no que respeita à saúde mental. O financiamento público está, ao invés, alocado à banca, às grandes empresas e à corda bamba da privatização dos serviços públicos.

Tal como em Portugal, também no plano internacional assistimos à consolidação de forças capitalistas da extrema-direita, que ameaçam diretamente os direitos conquistados por nós, comunidade LGBTQ+. Ventura recupera o velho molde familiar como salvação, dá palco a quem nos considera pecadores, e o programa do seu partido é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Na União Europeia estima-se que pelo menos 2% das pessoas LGBTQ+ tenham sido submetida a práticas de terapias de conversão (com eletrochoques,

medicamentos hormonais ou rituais de exorcismo) enquanto outras 5% tenham recebido propostas. Na Hungria, o parlamento aprovou uma lei que permitiria aos cidadãos denunciar anonimamente às autoridades pessoas LGBTQ+. Em Itália, o Ministério do Interior impôs à autarquia de Milão a proibição do registo de crianças filhas de casais LGBTQ+. Melloni reafirma o discurso anti-LGBTQ+, definindo-se como inimiga do que chama ideologia de género, com o mote Sim às famílias naturais, não ao lobby LGBT como um dos slogans de campanha.

Rebelamo-nos contra os papéis, estéticas, géneros ou condutas específicas, que nos são impostas à nascença. Somos militantes pela diversidade e chamamos todas as pessoas a lutar contra as discriminações que sofremos, pois acreditamos numa sociedade inclusiva e igualitária. Somos, por isso, orgulhosamente feministas, an-

tifascistas e antirracistas.

Somos diversas, mas também parte da classe trabalhadora, e por isso sabemos que a opressão está intimamente ligada à exploração da sociedade capitalista. Os patrões abusam da nossa identidade de género para nos sobreexplorarem, para nos pagarem menos ou para não nos contratarem, lucrando com a nossa vulnerabilidade, que eles mesmos ajudam a perpetuar.

Lutamos sabendo que, como setor oprimido da sociedade, sofremos mais profundamente com a exploração e precarização crescentes, com a falta de investimento nos serviços públicos e com a total desregulamentação de mercados como o da habitação e da alimentação. Por isso, lutamos, como milhões de jovens da classe trabalhadora por todo o mundo, contra quem nos quer roubar o futuro. E por isso nos opomos frontalmente à comercialização do nosso movimento e somos, também, orgulhosamente anticapitalistas.

Calendário das Marchas 2023

- 17 MAIO** Coimbra
- 20 MAIO** Vila Real
- 27 MAIO** Covilhã
- 27 MAIO** Algarve
- 03 JUNHO** Braga
- 10 JUNHO** Aveiro
- 10 JUNHO** Sintra
- 16 JUNHO** Évora
- 17 JUNHO** Lisboa
- 17 JUNHO** Chaves
- 25 JUNHO** Caldas da Rainha
- 01 JULHO** Guimarães
- 08 JULHO** Porto
- 15 JULHO** Barcelos
- 15 JULHO** Santo Tirso
- 15 JULHO** Ponta Delgada
- 22 JULHO** Ovar
- 29 JULHO** Felgueiras
- 09 SETEMBRO** Famalicão
- 16 SETEMBRO** Santarém
- 16 SETEMBRO** S. J. Madeira
- 23 SETEMBRO** Bragança
- 24 SETEMBRO** Leiria
- 30 SETEMBRO** Vizela
- 30 SETEMBRO** Tomar
- 07 OUTUBRO** Esposende
- 14 OUTUBRO** Viseu

NÃO ÀS MINAS VERDE É O BARROSO

BRUNO CANCELINHA

Ativista e militante do MAS

A pequena localidade de Covas do Barroso, situada no concelho de Boticas, distrito de Vila Real, tem sido palco, desde 2017, de uma intensa luta por parte de sua população contra a exploração de lítio na região. Reconhecida pela UNESCO como Património Agrícola Mundial, a região de Covas do Barroso, onde as terras e as águas são tidas e geridas de forma sustentável, como bens comuns e coletivos, é um exemplo de uma comunidade local mobilizada em defesa do seu território e modo de vida, frente aos interesses de grandes grupos económicos, que, para rasgarem minas a céu aberto, se querem apropriar de largos hectares dos terrenos baldios, que são ali propriedade comunitária e a base da economia local, essenciais para a subsistência da comunidade por meio de atividades pecuárias, florestais e apícolas que resistem à privatização e sobreexploração de recursos essenciais.

A Savannah Resources, empresa responsável pelo projeto de exploração de lítio em Covas do Barroso, obteve no fim de maio de 2023, após ter sido obrigada a reformular o projeto da mina, a primeira Declaração de Impacte Ambiental favorável a um projeto de lítio em Portugal, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), abrindo caminho para a obtenção de uma licença ambiental em 2024. No entanto, a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB), que tem sido uma das principais

vozes na luta contra a exploração de lítio na região, continua a alertar para os impactos negativos da mineração de lítio na região, incluindo o consumo de água, o ruído, as alterações na paisagem e as condições do solo.

A associação também tem destacado a falta de transparência e de envolvimento no processo de avaliação ambiental do projeto, denunciando que todas as instituições, da APA ao Governo PS, têm estado do lado das empresas mineradoras, contra os interesses da população. De facto, a mina do Barroso e outros projetos de mineração na região enfrentam resistência devido aos enormes impactos sociais e ambientais que podem causar, já que mineração é uma indústria que produz uma grande quantidade de resíduos e pode causar graves danos ambientais, como destruição de habitats, perda de biodiversidade, emissões de gases e partículas, poluição sonora e contaminação do ar, solo e água, colocando inclusive em risco a classificação da região como Património Agrícola Mundial. Além disso, a mineração pode afetar o abastecimento de água potável de grandes centros urbanos, como Braga e Porto, e, por todo o mundo, existem vários problemas quanto ao cumprimento das normas sociais e ambientais por parte das empresas mineiras.

Apesar da retórica enganadora do “desenvolvimento sustentável” e da “mineração verde”, as empresas mineiras não têm um

bom desempenho em termos de responsabilidade social e ambiental, de acordo com o Índice de Exploração Mineira Responsável de 2020, ficando, mesmo aquelas com melhor avaliação, muito aquém dos seus compromissos. Assim, a luta da população de Covas do Barroso contra a exploração de lítio é parte de um debate maior sobre a sustentabilidade e justiça social na mineração e na transição energética. Embora a procura por lítio esteja a aumentar devido ao seu uso em baterias de veículos elétricos e armazenamento de energia renovável, a transição energética, para ser verdadeiramente verde e sustentável, não pode ser feita com base em grandes projetos de extração de recursos que violam os direitos humanos em nome do “interesse público”, estabelecendo as chamadas “zonas de sacrifício”, onde os lucros e interesses privados têm prioridade em detrimento da vida humana e do ambiente.

O MAS está completamente solidário com as populações que se mobilizam contra a exploração do lítio no país, engrossando as suas manifestações e ações de luta. No entanto, esta luta não é exclusiva das populações diretamente afetadas. Esta é uma luta que precisa da mobilização de todos nós.



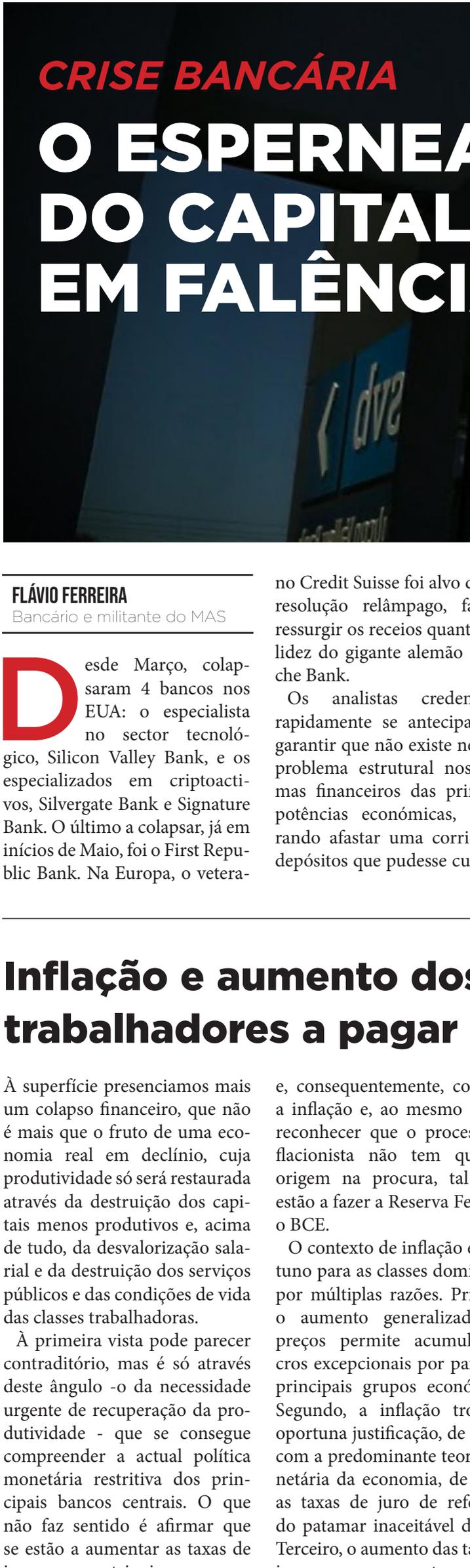
Exigimos uma verdadeira transição energética

O Ministro da Economia e do Mar e antigo CEO da Partex Oil and Gas, António Costa e Silva, desenhou o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de acordo com os interesses das petrolíferas que mais têm lucrado com a destruição ambiental. Isso implica, por exemplo, um novo gasoduto entre Portugal e França e produzir hidrogénio apenas para injetá-lo na rede de gás “natural”, garantindo assim que continuamos dependentes dos fósseis e, claro, das indústrias que lucram com esta catástrofe. Outro exemplo é a mineração de lítio, que destruirá os nossos ecossistemas e contaminará as nossas águas para produzir baterias que, passado 10 anos, irão amontoar-se em aterros.

Exigimos um PRR para a transição energética, que invista no futuro. Um PRR para combater a pobreza energética, que reabilite o aqueci-

mento das casas; Queremos a planificação da nossa floresta. Queremos soberania alimentar e produzir localmente a alimentação para todos. Queremos mais ferrovia e não um novo aeroporto que serve apenas para prender o nosso país ao turismo. Queremos recuperar o nosso tecido produtivo e construir uma economia verde, que reforce a nossa rede de transportes públicos. Queremos a nacionalização das energéticas, para colocá-las a trabalhar já na transição energética, assegurando a requalificação e contratação dos trabalhadores dos setores poluentes.

O Estado e a polícia, como sempre, protegem os criminosos que lucram com a destruição do planeta e prendem ativistas que lutam para o salvar. Precisamos de construir também redes de solidariedade contra a repressão policial.

CRISE BANCÁRIA**O ESPERNEAR DO CAPITALISMO EM FALÊNCIA**

FLÁVIO FERREIRA

Bancário e militante do MAS

Desde Março, colapsaram 4 bancos nos EUA: o especialista no sector tecnológico, Silicon Valley Bank, e os especializados em criptoativos, Silvergate Bank e Signature Bank. O último a colapsar, já em inícios de Maio, foi o First Republic Bank. Na Europa, o vetera-

no Credit Suisse foi alvo de uma resolução relâmpago, fazendo ressurgir os receios quanto à solidez do gigante alemão Deutsche Bank.

Os analistas credenciados rapidamente se anteciparam a garantir que não existe nenhum problema estrutural nos sistemas financeiros das principais potências económicas, procurando afastar uma corrida aos depósitos que pudesse culminar

num contágio generalizado, assim como fizeram questão de reforçar que a falência do banco europeu, Credit Suisse, nada tem a ver com o colapso daqueles bancos americanos.

De acordo com os opinadores oficiais, a razão do colapso daqueles bancos americanos deve-se à excessiva concentração da sua actividade em sectores que têm sofrido importantes desvalorizações, fruto do repentino

aumento das taxas de juro. Já o Credit Suisse é vítima de anos de má gestão que culminaram com os seus accionistas a negarem novos reforços de capital.

Com a devidas actualizações, os “erros de gestão” e a “incompetência das administrações” foram precisamente os mesmos argumentos que nos ofereceram em 2008, mas que de nada serviram para entender a crise económica que atravessamos e

muito menos resolvê-la. A regulação para evitar os tais “erros de gestão” multiplicou-se, mas parece que de pouco ou nada serviu.

O problema é mais profundo e, para ser resolvido, exige medidas que não passam pela ilusão da regulação, muito menos pelo logro de que serão as classes dominantes a regular a sua própria voracidade. (Leia a versão alargada em mas.org.pt) ▼

Inflação e aumento dos juros forçam trabalhadores a pagar crise das elites

À superfície presenciamos mais um colapso financeiro, que não é mais que o fruto de uma economia real em declínio, cuja produtividade só será restaurada através da destruição dos capitais menos produtivos e, acima de tudo, da desvalorização salarial e da destruição dos serviços públicos e das condições de vida das classes trabalhadoras.

À primeira vista pode parecer contraditório, mas é só através deste ângulo -o da necessidade urgente de recuperação da produtividade - que se consegue compreender a actual política monetária restritiva dos principais bancos centrais. O que não faz sentido é afirmar que se estão a aumentar as taxas de juro para restringir a procura

e, consequentemente, controlar a inflação e, ao mesmo tempo, reconhecer que o processo inflacionista não tem qualquer origem na procura, tal como estão a fazer a Reserva Federal e o BCE.

O contexto de inflação é oportuno para as classes dominantes por múltiplas razões. Primeiro, o aumento generalizado dos preços permite acumular lucros excepcionais por parte dos principais grupos económicos. Segundo, a inflação trouxe a oportuna justificação, de acordo com a predominante teoria monetária da economia, de retirar as taxas de juro de referência do patamar inaceitável de zero. Terceiro, o aumento das taxas de juro e a, consequente, restrição

da procura cumpre os objectivos fundamentais para a recuperação, ainda que momentânea, da produtividade: (i) destruição dos capitais menos produtivos, concentrando-os nas mãos dos capitais hegemónicos, e, acima de tudo, (ii) desvalorização salarial e destruição dos serviços públicos e das condições de vida das classes trabalhadoras.

Portanto, o plano passa pela desvalorização da força de trabalho, degradação constante e destruição de serviços públicos e condições de vida, sob a justificação de “controlo da inflação” que está precisamente a desvalorizar a força de trabalho. É a justificação perfeita! Enquanto isso, são asseguradas todas as garantias ao sistema financeiro,

através de financiamento ilimitado por parte dos bancos centrais. O pior é que os problemas financeiros são múltiplos e profundos e estas medidas poderão não ser suficientes.

Assim, a actual crise bancária não está terminada, sendo apenas mais um episódio na longa crise na economia mundial capitalista, desencadeada em 2008, e um reflexo da crise estrutural do capitalismo, que só pode ser resolvida com medidas que vão além da confiança iludida na capacidade das classes dominantes regularem a sua voracidade. O capitalismo já não tem mais nada a oferecer a não ser empobrecimento, pandemias, destruição ambiental, extrema-direita e guerra.

Precisamos de outro sistema, de forma a abolir as desigualdades socioeconómicas existentes e construir uma sociedade socialista, baseada na propriedade

coletiva dos meios de produção e na distribuição equitativa da riqueza. Isso implica superar a dominação da elite capitalista e estabelecer um sistema em que os trabalhadores tenham controlo sobre os seus destinos, o desenrolar da crise, a luta de classes.

Qual vai ser a resposta dos trabalhadores, dos jovens e oprimidos ao ataque das classes dominantes e dos governos? Com a tendência de evolução negativa da economia, os ataques aumentarão de intensidade, criando também condições objetivas para a luta de classes se tornar mais acirrada, como se vê na Europa e, com especial intensidade, em França. Só com a mobilização da classe trabalhadora contra os planos de austeridade dos governos se pode encontrar uma saída para esta crise: ou a pagam os pobres, ou a pagam os ricos.



FRANÇA ENFRENTA MACRON

NUNO GERALDES

Sindicalista e militante do MAS

Este ano, o primeiro de maio na França foi, mais do que um dia comemorativo, um verdadeiro dia de luta da classe trabalhadora. Com 2 milhões de pessoas nas ruas e mais de 300 manifestações por toda a França, foi a maior mobilização desde 2002. Na altura, a grande mobilização foi em repúdio ao candidato presidencial da extrema-direita Jean Marie Le Pen – pai de Marine Le Pen –; hoje é uma mobilização para derrotar o aumento da idade de reforma que o Presidente liberal Macron impôs.

Macron impõe à força medida impopular

A medida do aumento da idade de reforma para os 64 anos – que também prevê o aumento do número mínimo de anos de serviço para 43 – é contestada por 70% da população. O Governo de Elizabeth Borne, primeira-ministra francesa e partidária de Macron, justifica este aumento como uma forma de garantir a sustentabilidade do sistema de pensões. É a velha lenga-lenga de que tenta passar como inevitável a decisão de colocar nas costas da classe trabalhadora os custos da crise capitalista por eles provocada.

Esta desculpa não cola com o povo francês, que conhece bem as políticas de Macron. Recor-

demos que a política de Macron, desde a sua posse, foi sempre para o benefício dos mais ricos em detrimento de quem trabalha – uma das suas primeiras medidas foi mesmo a eliminação do ISF, o imposto sobre as grandes fortunas. Atualmente, a França tem aumentado o seu orçamento militar para assim conseguir fortalecer a sua presença imperialista em África. Mais do que isso, tal como acontece cá em Portugal, ao mesmo tempo que os governantes pedem sacrifícios aos de baixo, vêem-se lucros extraordinários na banca e nas grandes empresas. O problema não é a falta de dinheiro para garantir o sistema de pensões, o problema é que o dinheiro está a ser canalizado para os bolsos dos mega-ricos.

Frente à pressão popular, Macron não conseguiu garantir que a sua proposta passasse no parlamento francês. Assim, usou o artigo 49.3 que permite ao Governo impor uma lei sem que ela seja votada no parlamento. O povo não viu esta jogada autoritária com bons olhos e levou a sua fúria para as ruas. Dentro das portas do hemiciclo, um deputado de centro-direita levou a votação uma moção de censura ao Governo de Borne, moção que acabou por não passar por apenas 9 votos. Nas ruas, ficou claro que era preciso intensificar as mobilizações para enfrentar Macron. A exigência “Macron: demissão!” tornou-se cada vez

mais presente.

Como as pessoas saíram em força para a rua contrapor os movimentos autoritários do Governo, Macron decidiu também intensificar a repressão policial

sobre o povo. O Estado pôs em marcha um braço especial da polícia militar, as unidades BRAV-M. Estas unidades são compostas por um par de polícias montados numa mota; um

responsável por guiar o veículo, enquanto o segundo golpeia os manifestantes. São coisas bárbaras como estas que demonstram bem a natureza da democracia francesa.

“GRÈVE, BLOCÁGE, MACRON DÉGAGE”

O grito que desafia o governo e a burocracia sindical

Os sindicatos burocráticos que, no início, estavam à cabeça do processo, começaram a perder-lhe as rédeas. À contestação juntaram-se estudantes, movimentos feministas, imigrantes. Já não se tratava apenas de fazer cair o aumento da idade da reforma, tratava-se de combater o aumento do custo de vida, por um fim à repressão policial, um aumento generalizado dos salários, e por tudo isso bloquearam as ruas gritando “Grève, Blocage, Macron dégage!” (Greve, Bloqueio, Macron fora!).

Um dos setores mais combativos foi mesmo os trabalhadores da recolha de lixo, que iniciaram uma greve por tempo indeterminado que acabou por durar 3 semanas. Paris viu assim 10 mil toneladas de lixo acumularem-se nas suas ruas enquanto a contestação crescia.

A burocracia sindical francesa continua a fazer o seu papel

de “oposição controlada” do estado francês. Tentam por todos os meios impedir que esta luta contra a idade da reforma se transforme numa luta política contra o aumento do custo de vida e exija a demissão de Macron. A burocracia sindical e a esquerda parlamentar tudo fazem para que a luta se mantenha no marco do combate a uma medida mas isso tem transbordado do seu controlo.

Ao mesmo tempo, em vez de trabalhar num plano de lutas e greves prolongadas e de organizar os trabalhadores que já deram todas as provas de estar dispostos a lutar, a CGT, em conjunto com outras centrais sindicais, vai adiando a contestação. No 1º de Maio anunciaram um novo protesto para 6 de junho. Trata-se da velha técnica de adiar a contestação para que a frustração, o cansaço e o desânimo dos trabalhadores em luta se deixe

substituir à vontade para combater e vencer.

Em oposição às velhas centrais sindicais e à sua política de conciliação com os governos, alguns sindicatos independentes juntaram-se para formar a “Rede pela Greve Geral”. Este novo pólo sindical pode ser um passo importante e decisivo, não só para o avançar e radicalizar da luta na França, mas também para disputar à burocracia sindical o seu controlo sobre o movimento dos trabalhadores no país.

Mais uma vez, a França dá um exemplo de combatividade aos trabalhadores do mundo. Mostra que, mesmo o aumento das pensões ter acabado por passar, ainda há forma e vontade de o combater. É preciso que as ações que surjam por fora das velhas burocracias se unam e organizem para continuar a desenvolver a luta contra o governo e os patrões.